



PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS PARA O SISTEMA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL

Itaciara Viviane Bitencourt Ramos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do CNPq

Rozane Márcia Triches

Professora da Pós-graduação Strictu Senso em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS)
rozane.triches@uffs.edu.br

1. Introdução

A alimentação tem ganhado cada vez mais espaço em diversas discussões dentro sociedade, desde uma perspectiva de melhorar a saúde até questões que envolvem aspectos ambientais. Abordar sobre alimentação, requer pensar sobre sistemas agrolimentares dominantes e caminhos diferenciados, focalizando em alternativas sustentáveis que permitam a permanências de práticas alimentares baseadas nos territórios assim como a promoção da saúde humana, segurança alimentar e conservação do ambiente. Diante disso, este ensaio teórico tem como objetivo realizar uma reflexão acerca das feiras da Amazônia, como uma alternativa de sistemas alimentares sustentáveis. Iniciando desde as estruturas que balizam os setores da alimentação até perspectivas voltadas para o potencial produtivo e de abastecimento na região, considerando aspectos culturais e ambientais.

2. Metodologia

A metodologia escolhida foi o ensaio teórico, conforme as orientações de Meneghetti (2011), tendo em vista que uma abordagem reflexiva e interpretativa é a mais adequada para o entendimento de um tema. Nesse sentido, refere-se entender a dominância do regime e sistema alimentar e pensar em caminhos diferenciados de abastecimento endógeno.



3. Resultados e discussão

A alimentação estruturada no regime e sistema alimentar atual dominante

Discorrer sobre alimentação é complexo e antes é necessário elucidar, que nossa alimentação ainda está inserida em um contexto estruturado que baliza o setor alimentício. De acordo com a perspectiva dos regimes alimentares de Friedman e McMichel (data) e McMichel (2016), estes foram configurados por regras de abastecimento alimentar e preços orientados de forma mundial, que em suma, legitimaram o exercício de poder construídos em um processo histórico.

De acordo com os autores, há três regimes alimentares, por meio dos quais as expressões de poder foram lideradas historicamente pelo Estado Britânico entre as décadas de 1870- 1930, o Estado Norte americano entre 1950 a 1970 e também pelo poder financeiro corporativo 1980- 2000 (Mc Michel, 2016). Entender essa dominância histórica é importante ao tratar sobre alimentação pois compreender a existência hegemônica estrutural pode convergir para pensar em caminhos de maior autonomia alimentar dentro dos territórios.

Tratar sobre os regimes alimentares direciona para melhor compreender o sistema agroalimentar dominante, tendo em vista que foi um processo estabelecido nas sociedades capitalistas. Este sistema agroalimentar refere-se às grandes corporações que atuam no fornecimento de insumos a montante e a jusante, atuando na transformação, processamento, transporte, distribuição e comercialização de alimentos (Schneider *et al.*, 2016)

A problemática desse modelo de abastecimento, é sobretudo a constituição de corporações oligopolizadas, que concentram e controlam o poder produtivo, tecnológico, comércios varejistas, entre outros componentes que constituem o setor alimentício. Ao considerar autonomia, soberania e segurança alimentar e desenvolvimento sustentável, o sistema agroalimentar hegemônico não atende a essas necessidades que ganham cada vez mais espaço de debate, tendo em vista a crise ambiental e climática. Gusmán e Montiel (2010), discorrem que a consolidação do poder de grandes marcas globais de gigantes alimentares domina uma ampla variedade de marcas de alimentos que tendem a marginalizar a produção local e ainda ampliar a crise ecológica.

Diante disso, importa refletir sobre sistemas alimentares alternativos que tenham



a sustentabilidade como mote e não só acumulação de capital, como visto historicamente, a partir da leitura dos regimes alimentares.

Para a FAO (2018, p. 1) o sistema alimentar:

[...] abrange toda a gama de atores e suas atividades interligadas de agregação de valor envolvidas na produção, agregação processamento, distribuição consumo e descarte de produtos alimentícios originários da agricultura, silvicultura ou pesca, e partes dos ambientes econômicos, sociais e naturais mais amplos nos quais estão inseridos.

Conforme abordado anteriormente, apesar da existência estrutural a montante e a jusante, outras formas de produção e abastecimento de alimentos com maior ligação com os recursos ambientais coexistem e resistem em contraponto as corporações. Nesse sentido, discutir as potencialidades dessas diversas formas de produção e abastecimento, consiste em contribuir para o delineamento de um sistema alimentar sustentável e desenvolvimento rural endógeno.

Segundo Gusmán e Montiel (2010), mesmo diante da hegemonia do sistema alimentar dominante, este não detém todas as formas de abastecimento, pois a agricultura familiar em suas diferentes formas de resistência, continua a fornecer alimentação para as populações por meio de circuitos locais de produção, distribuição e consumo.

Dentro desse contexto, as pessoas inseridas nesse processo são pontos fundamentais, pois possuem a racionalidade necessária para impulsionar por possíveis mudanças ou potencializar agricultura e abastecimento local. Long (2007), explica a capacidade de agência que atores sociais possuem em processar experiências e desenvolver formas próprias de resolver situações, mesmo diante de contexto de pressão externa.

Ao incluir os atores sociais, também se incluem as diversas práticas de produção tradicionais e sistemas de abastecimento locais, diferente do sistema alimentar dominante e que mesmo diante de vulnerabilidades contribuem para segurança e soberania alimentar, pautados na produção saudável com baixa ou sem utilização de agrotóxicos e menor pressão sobre os recursos ambientais.

O sistema alimentar sustentável, diz respeito aquele que busca proporcionar segurança alimentar e nutricional considerando aspectos, ambientais, sociais e



econômicos (FAO, 2018). Nessa conjuntura de elementos em busca de um sistema alimentar sustentável, a agricultura e abastecimento de produtos agrícolas na região amazônica é considerada neste ensaio como um indicativo de potencialidade.

Na região do Alto Solimões- Amazonas, a agricultura é diversificada tanto em cultivos quanto em populações tradicionais que praticam a agricultura. Conforme os Noda *et al.* (2007, p. 31) “Os agroecossistemas no Amazonas tem como base, práticas agroflorestais de produção caracterizadas pelo manejo de terras numa integração, simultânea e sequencial entre árvores e/ou animais e/ou cultivos agrícolas”.

Os produtos da agricultura familiar entram em circuito de mercado por meio do contato com os centros urbanos, onde são comercializados, na área portuária dos municípios (localmente denominada de beiras de rios), em feiras e mercados geridos pelo poder público municipal (Noda *et al.*, 2007).

Tendo em vista as características da produção e comercialização no Amazonas, se destacam potenciais tradicionais, ambientais, proximidade entre agricultores e consumidores, considerando que é no âmbito da feira que são obtidos alimentos como, hortaliças, frutas raízes e derivados. O potencial de proximidade, tanto geográfico quanto a comercialização direta entre os agricultores e consumidores, caracterizam-se como circuitos curtos de comercialização.

Para Rover e Darol (2021), enquanto o sistema alimentar atual funciona com canais longos, com vários intermediários causando distanciamento de quem produz daquele que consome, os circuitos curtos caracterizam-se pela comercialização direta, dessa maneira, aproximam a população da identidade territorial e estabelecem conexão entre quem agricultores e consumidores.

Essa reconexão é substancial, para assegurar a continuidade da agricultura familiar amazônica e suas formas de produção que possibilitam a sustentabilidade dos recursos ambientais e concomitantemente fomentam estratégias de abastecimento no *in loco*, que possibilitam acesso aos produtos agrícolas para a alimentação da população regional conforme as práticas alimentares culturais.

Diante do exposto, é necessário centralizar a Agroecologia, como um ponto balizador e uma ciência fundamental que para além das práticas produtivas agroecológicas, orientada para a hibridização dos saberes científicos e tradicionais, também inclui avanço em construir sistemas alimentares alternativos que contribuam



para a aproximação dos agricultores e consumidores, como para o equilíbrio e relações que transcendem as comerciais e focaliza também em sociedades mais justas e sustentáveis em um contexto globalizado (Gusmán e Montiel, 2010).

4. Considerações finais

O sistema alimentar dominante é orientado pela concentração de poder. A exaustão dos recursos ambientais e crise climática decorrentes desse modelo, são fatores que limitam a produção e abastecimento de alimentos. Portanto, é possível considerar as práticas de produção e abastecimento nos territórios, para incluir o manejo e conservação do ambiente, sobretudo na Amazônia, considerada como um fator chave para pensar em mudanças climáticas e sustentabilidade.

Referências

FAO. **Sustainable food systems: concept and framework**. Roma: Fao, 2018.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

GÚSMAN, Eduardo Sevilla; MONTIEL, Marta Soler. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. In: HISTÓRICO, Instituto Andaluz de Patrimonio (ed.). **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. Sevilla: Governo Regional da Andaluzia. Ministério da Cultura, 2010. p. 191-217.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Ciesas, 2007. 489 p.

MCMICHEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: UFG, 2016.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um Ensaio-Teórico? **Rac**, Curitiba, v. 2, n. 15, p. 320-332, abr. 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 21 de jun de 2015.

NODA, Sandra do Nascimento *et al.* Contexto socioeconômico da agricultura familiar nas várzeas da Amazônia. In: NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura familiar na Amazônia das águas**. Manaus: Edua, 2007. p. 23-66.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estudio Semprelo, 2021. p. 19-43.

EVENTO HÍBRIDO | PRESENCIAL E ONLINE

SIMPÓSIO
SUL
IV Simpósio de
Pós-Graduação
do Sul do Brasil

01 A 03 DE SETEMBRO DE 2025

UFFS - CAMPUS REALEZA / PR
TRANSMISSÃO ONLINE YOUTUBE

UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



Disponível

em:

https://www.researchgate.net/profile/MoacirDarolt/publication/359733639_CIRCUITOS_CURTOS_DE_COMERCIALIZACAO_AGROECOLOGIA_E_INOVACAO_SOCIAL/links/624c31f3222d3e611aaad0b2/CIRCUITOS-CURTOS-DE-COMERCIALIZACAO. Acesso em: 20 de fev de 2025.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate. **Revista Mundi: Meio Ambiente e Agrárias**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 01-20, jun. 2016.